



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR

por Unanimidade
20.11.2023

ATA

Sessão Ordinária de Setembro – 10OUT2023

N.º 22/2021-2025

Data: 10 de outubro de 2023 (terça-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho e Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Pedro Miguel Cristo Graça, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, Daniela Ribeiro Alegria e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo) e Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do PSD: Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso substitui André Filipe Casqueira Guimarães e Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões e Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Elvira Maria Fernandes Correia substitui Modesto Manuel dos Santos.

Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, Augusto Manuel da Rocha da Silva, é substituído pelo Secretário do Executivo, José Augusto Carapelho e o Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, João Eduardo Bonito Braga, é substituído pela Vogal do Executivo da Junta, Ana Margarida São Marcos.

Faltas

Grupo Municipal do PSD: Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo.

Ordem do Dia (continuação)

Ponto 4. "Proposta de abertura de procedimento concursal para **Locação de 2 viaturas elétricas ligeiro de passageiros e 1 viatura elétrica ligeiro de mercadorias, em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (OAV) e respetivos serviços associados**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 5. "Proposta de abertura de procedimento concursal para **Prestação de serviços de docência, em regime de outsourcing, para as Piscinas Municipais: programa Maiores no Movimento e eventos desportivos**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 6. "Relatório do Auditor Externo sobre **informação económica, financeira e orçamental a 30 de junho 2023 (1.º semestre)**". Ato deliberativo: tomar conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':24")

«Boa noite a todos. Boa noite ao Executivo. Boa noite ao público aqui presente. Boa noite a quem nos segue em casa. Sejam bem-vindos, então, à segunda reunião da sessão ordinária de setembro. Vou começar por pedir à Segunda Secretária que faça a chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (09':46")

(leitura da lista de presenças e substituições)

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':48")

«Obrigada, Senhora Secretária.

Para que a situação fique definitivamente esclarecida, face ao requerimento que recebemos, também partilhado com os grupos municipais e com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, respeitante ao agendamento da continuidade desta sessão.

Perante o contexto gerado e tal como o fez aquando da validação da convocatória, bem como, quando nos foi dado saber, o Vereador do Executivo Sérgio Lopes, a Mesa questionou novamente o Núcleo de Apoio sobre a situação. O Núcleo de Apoio assumiu a sua posição quanto à lógica do procedimento, reconhecendo simultaneamente o erro processual, já que não tinha qualquer noção ou fazia a mínima ideia que o Regimento contemplasse esta questão da continuidade das reuniões - que, aliás, se pensa, pelos exemplos observados de outros regimentos, caso inédito - o que se afigura natural, já que o Núcleo de Apoio não participou do processo de elaboração do Regimento, apenas compilou a versão final aprovada e é humanamente difícil ter todo o articulado do Regimento na memória. O que estava em causa até ao dia seguinte da reunião, na sexta-feira de manhã, quando surgiu o ponto 4 do artigo 33.º do Regimento, era a tradição, era o que vinha sendo habitual ou norma até àquela data. Ora a lei, o regime jurídico das autarquias locais e o código do procedimento administrativo não fazem qualquer referência à forma ou procedimento a ter na eventual continuidade das sessões. O que é apenas referido é que cada sessão pode ter uma ou mais reuniões, apenas isso. Independente de ser sempre referenciado na convocatória e na ordem do dia as datas previsíveis para a continuidade das sessões, o que tem sido adotado como prática comum de um grande número de Assembleias é que essa continuidade das reuniões seja anunciada e agendada no final de cada reunião, nem na convocatória, nem na ordem do dia. A lógica do procedimento é que só com o conhecimento dos pontos a discutir é que há uma previsão de eventual continuidade da sessão da primeira reunião. O que significa que só com a ordem do dia é que faz sentido esse provável agendamento da sessão. Foi isto que norteou o procedimento que foi adotado. No entanto, esta situação esbarra, de facto, com o que foi aprovado em sede de regimento. Deste modo:

1. será mantido e cumprido o que o número 4 do artigo 33.º do Regimento assim determina, sendo que as datas que forem indicadas, tal como refere o texto, são previsíveis e, portanto, passíveis de posterior alteração, ou na ordem do dia ou no plenário, por decisão da maioria.

2. independentemente do que foi tratado e discutido entre a Mesa e o Núcleo de Apoio, a Mesa assume, como responsável final pela validação da convocatória, o erro cometido com a promessa de cumprir o que está estipulado e deliberado.

Por último, dado que a Mesa sente que há todo este cuidado com os pormenores legalistas do funcionamento da Assembleia, passaremos a ter também nós no relacionamento com os eleitos, com os grupos municipais e com o Executivo municipal a mesma perspetiva legalista dentro do que nos for possível.

Eu não sei se alguém quer tecer algum comentário, fazer alguma intervenção sobre este assunto? Sim, boa noite Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (15':24")

«Boa noite a todos. Eu acho que esta questão, que falhámos e podemos muitas das vezes continuar a falhar, não tem que provocar nenhuma dimensão superior a isso. Permita-me dizer-lhe, Senhor Presidente.

Outra das coisas que eu gostaria também de deixar como nota, para esta Assembleia, se o senhor assim entender. Gostaria de que a Assembleia repensasse realmente o Regimento e até pudesse contemplar, nesse Regimento, que as Assembleias pudessem começar às três

da tarde e teríamos menos problemas, e fecharíamos os processos num dia, porque também se torna para nós um bocadinho cansativo, como Executivo, várias assembleias como vocês têm vindo a acontecer. Portanto, deixava também ao Senhor Presidente da Assembleia esta consideração do Presidente do Executivo sobre um processo que é fácil, está adotado em muitas das associadas da ANAM, e não só, e porque podemos, então, também, ter outra forma de estar nesta Assembleia, uma vez que todos quisermos ser eleitos e estamos aqui para manifestar o nosso interesse e a nossa representatividade como políticos. Deixar esta nota ao Senhor Presidente para nas suas reuniões daquilo que é o trabalho que vai fazendo com todos os grupos que trabalham com Senhor Presidente da Assembleia, para propor, se fizerem essa revisão ao Regimento, essas observações. Portanto, deixava esta nota de observação, validando muito aquilo que foi feito hoje e o reconhecimento da parte do Senhor Presidente perante um processo que está resolvido e estamos cá para resolver o processo final desta Assembleia. E muito bem. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17:01")

«Obrigado, senhor Presidente. A Mesa está a trabalhar, junto com os líderes dos grupos municipais, numa revisão do Regimento que pretendemos trazer à votação na sessão de novembro. Teremos essa sua participação também em consideração. Obrigado.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (17:45")

«Boa noite a todos e a todos aqueles que nos ouvem lá em casa. Aos presentes também. Só manifestar a minha concordância total com a Mesa. Aquilo que se passou na última reunião foi sui generis. Eu volto a dizer que o plenário é soberano. Nós como autarcas, que já andamos aqui já há alguns anos, tomamos decisões nesse sentido, quando foi preciso prolongar as sessões, o plenário é soberano. Púnhamos à consideração do plenário continuar ou não continuar a sessão para terminar os trabalhos. E assim, muitas vezes concordámos, enquanto autarcas interessados em resolver os problemas dos municípios, em prolongar os trabalhos por mais meia hora e talvez numa hora, penso eu.

Na última reunião, isso estava quase que acertado. Que ser iriam prolongar os trabalhos. Pacífico. Não havia grande problema porque o que estava em causa era o interesse. Mas depois daquelas intervenções, que não nos pareceram minimamente corretas, só havia uma atitude a tomar. E Senhor Presidente, explicou, e muito bem, a atitude que a Mesa tomou e que foi corretíssima porque não podia ter sido outra se não aquela, depois do que se ouviu nesta Assembleia.

Quanto à questão que o Senhor Presidente coloca das três horas, não é fácil para toda a gente. Há pessoas aqui com trabalho, como trabalhadores independentes que, normalmente, não sabem quais são os seus horários, não podem, enfim, contemplar algumas isenções ou ausências ao serviço. Há outros que também não lhes será fácil terem que faltar a reuniões para estarem presentes na reunião da Assembleia. Enfim, eu acho que sim senhor, o senhor Presidente já disse tudo, vamos ter que ponderar caso a caso. Vamos todos, os líderes, pensar para casa, se isto é possível não vir aqui às três horas. Se nós temos, ou não temos, possibilidade de solicitar aos nossos superiores hierárquicos a isenção de horário ou a falta justificada, ela está na lei, nós sabemos disso, mas nem sempre é praticável, nomeadamente no mundo empresarial. No mundo da administração pública talvez seja mais fácil, mas também mesmo aí temos alguns casos que não vai ser fácil, devido a compromissos assumidos durante as semanas e durante, enfim, os trabalhos. Mas poderemos ponderar essa situação e então fazer só uma reunião.

Mas aquilo que disse o Presidente, eu, nós, eu em nome do PSD, estou totalmente solidário com o que acabou de dizer e que é assim que se deve proceder daqui para a frente. Muito obrigado.»

Período da "Ordem do Dia"

Ponto 4. "Proposta de abertura de procedimento concursal para Locação de 2 viaturas elétricas ligeiro de passageiros e 1 viatura elétrica ligeiro de mercadorias, em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV) e respetivos serviços associados".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (20':23")

«Muito bem. Obrigado, Flor Agostinho. Não sei se há mais alguém que queira. Não? Muito bem. Muito obrigado.

Vamos dar então continuidade à ordem de trabalhos desta sessão ordinária de setembro. Tínhamos terminado na apreciação da Atividade Municipal. Segue-se o ponto 4 que é “Proposta de abertura de procedimento de concursal para a locação de 2 viaturas elétricas ligeiras de passageiros e uma viatura elétrica ligeira de mercadorias, em regime de aluguer operacional de viaturas, AOV, e respetivos serviços associados”. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (21':01")

«Obrigado, Senhor Presidente. Eu peço desculpa não cumprimentar todo o plenário e quem lá está em casa e quem possa estar também nas bancadas a assistir, portanto, uma boa noite a todos. Bem, este é um processo que já esteve nesta Assembleia, mas visto que no decorrer daquilo que é inflação que temos vindo a testemunhar nos últimos anos, desde que a abertura do processo foi feita não conseguimos, com o valor que tínhamos, que era abaixo quase 30 mil euros, não conseguimos a aquisição destas viaturas.

Mas a razão por que se traz aqui é porque é um investimento plurianual, tem que ser comprado num sistema financeiro estas viaturas, que têm financiamento também associado àquilo que é o Fundo Ambiental e, portanto, Senhor Presidente, temos que passar este documento aqui pela Assembleia, pedir a sua aprovação. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (21':51")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então dar continuidade à rotação. Apesar de não estar prevista no Regimento, mas foi cordialmente assumida pela Mesa após proposta do Unir Para Fazer. Portanto, temos o PSD, depois temos o Chega, depois temos o PS e depois temos o Unir Para Fazer. Do PSD quem se inscreve? Flor Agostinho. Do Chega quem se inscreve? Do PS quem se inscreve? Ninguém se inscreve. Do Unir Para Fazer quem se inscreve? Ninguém se inscreve. Portanto, Flor Agostinho, por favor.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (22':35")

«Só me inscrevi para dizer e apoiar a Câmara, e dizer à Câmara que reconheço que isto é um processo extremamente ingrato. É um processo, enfim, que parceria, no início, com os seus objetivos, uma coisa pacífica, uma coisa simples, um processo que tem um objetivo, um objeto muito bem definido e com o qual todos concordamos, mas depois caímos aqui numa burocracia terrível que impede aquilo que aconteceu à Câmara, que acontece em muitas câmaras, que acontece em muitos organismos públicos e que, enfim, que é uma coisa terrível. Quer dizer, é fácil de implementar a lei, é fácil descrever a lei, mas depois colocar isto na prática é muito difícil. Como todos verificámos, a Câmara já por três vezes tentou fazer este procedimento. Tentou contratualizar os automóveis. Só que não é fácil. Não é fácil e cada vez se torna mais difícil, penso eu. Porque tudo isto depende de uma coisa que é a taxa de juro aplicável depois ao empréstimo que vai decorrer desta aquisição. E com o que aconteceu esta semana, com a guerra de Israel, ainda piora a situação. Quer dizer, todos temos a sensação que as taxas de juro vão variar, volatizar. Vai ser uma grandíssima confusão associada à inflação, o que depois acarreta o seguinte, quer dizer, não há nenhum empresário que se arrisque a vender o carro à taxa 'xpto'. A própria "eSPap", por onde este concurso vai ter que decorrer, ainda não conseguiu determinar a taxa de juro que deveria ser aplicada aos concursos. Portanto, eu estou solidário com a Câmara, estou a viver o mesmo problema pessoalmente, não é pessoalmente em termos particulares, é pessoalmente em termos de instituição. A coisa não é fácil. Nós fazemos as candidaturas, as candidaturas são aprovadas e depois fazer a compra é muito difícil. E reconheço que estou muito expectante quanto ao que vai acontecer a este processo, porque também o nosso não está fácil. Vamos ver se temos sorte da Câmara porque está a candidatar logo a três carros quando eles estão a ser seriados, e está a ser difícil. Portanto, aqui vai o meu, enfim, a minha solidariedade para com a Câmara, esperando que tenhamos sucesso neste processo e consigamos lá buscar aquela migalhazinha que o Governo está a dar, que são os 250 euros máximos nos juros a suportar no futuro. Já que vocês vejam que isto vai ter uma amortização mensal ou uma renda, chama-

Ihe o que quiserem, de 2.282 euros. Vamos ver se isto é possível. Eu acho que haveria outras formas de tornar isto mais pacífico e mais simples, mais célere, mas o Governo enveredou por um processo que é tão complicado. Depois, os carros têm que estar registados, se não estiverem registados depois não é possível concorrer à “eSPap”, enfim. Eu não estou aqui a explicar porque o Senhor Presidente sabe perfeitamente o que é que estou a dizer e sabe perfeitamente que isto não vai ser fácil. Esperemos, eu vou esperar ter na *BaseGov* uma boa notícia: foi aprovado. Ou foi adjudicado, que é diferente.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (26':12")

«Muito obrigado. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (26':17")

«Eu agradeço, desde já, a participação do membro Flor Agostinho, porque vai no sentido daquilo que são os problemas e o sentir a administração pública é isso, e testemunhámos aqui na primeira pessoa, de quem sente os problemas que a administração pública tem e que se têm que se resolver com a desburocratização de alguns processos.

Agora é evidente que para mim isto não é novidade. Portanto, enquanto Presidente da Junta, já adquiri uma viatura pelo Fundo Ambiental. Tornou-se mais fácil na altura, porque havia disponibilidade de viaturas no mercado. Portanto, foi tudo mais fácil nesse momento. Neste momento, claro que as três viaturas não é propriamente o preço do bolo que está aqui no problema. Agora, foi este acréscimo de valor que os carros tiveram nos últimos tempos e as plataformas de contratação pública não têm disponibilidade de viaturas, nem nos dão cotação ao dia para isso, portanto. E depois também para nós, também temos alguma experiência já naquilo que é a aquisição de carros elétricos, não só aquela que é de estudo pelo mercado das ofertas que o mercado tem, mas também aquilo que temos, já do exercício anterior, a compra de dois carros elétricos. Portanto, estamos satisfeitos com a marca e gostaríamos, não podemos escolher, como sabe, mas gostaríamos de ter também carros com baterias semelhantes, pelo menos com autonomias semelhantes e, portanto, tudo isto... Vamos tentar que, agora, com este valor, se consiga encontrar nas plataformas de contratação pública quem nos possa fornecer o preço ou, independentemente disso, os nossos serviços de contratação fazerem mesmo essa busca no mercado. O que é certo é que os concursos ficam desertos e o senhor tem razão por que ninguém vai com estes valores. Não chegamos lá.

Depois, relativamente ao valor das taxas de juro, pois isso depende da nossa negociação com a empresa que fizeram o AOV. E isso vamos também ver como é que fazemos isso da melhor forma, mas temos a única coisa que garantida que é os 250 euros garantidos para cada viatura durante os 48 meses e queríamos aproveitar isso. Esse é o grande objetivo que temos aqui. E que o fundamental tem estado bem a esse nível. Acho que até é um valor inferior, porque ele já foi superior, como sabe. Já chegou até aos 500 euros. Portanto, tinham o máximo de 500 euros numa prestação que podia ir até 750 ou 800 euros. E, portanto, era um valor de 50% de uma prestação e nunca dizia que era o máximo até 250 euros. Pronto, tem estas alterações. Espero que se afinem, que realizem melhor este trabalho, para nós, depois, também fazemos o nosso trabalho. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28':41")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguma inscrição? PSD? Chega? PS? Unir? Não há inscrições? Senhor Presidente, não sei se quer dizer mais alguma coisa. Muito bem.

Vamos então proceder à votação deste ponto 4 da ordem do dia.

Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem. A proposta de “abertura de procedimento concursal para a locação de 2 viaturas elétricas ligeiro de passageiros e uma viatura elétrica ligeira de mercadorias em regime de aluguer operacional de viaturas, AOV, e respetivos serviços associados” foi **aprovada por unanimidade.**»

Ponto 5. "Proposta de abertura de procedimento concursal para Prestação de serviços de docência, em regime de outsourcing, para as Piscinas Municipais: programa Maiores no Movimento e eventos desportivos".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29':25")

«Passamos já ao ponto 5: “proposta de abertura de procedimento concursal para prestação de serviços de docência em regime de outsourcing para as piscinas municipais, programa Maiores no Movimento e eventos desportivos. Senhor Presidente, posso-lhe a palavra.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (29':40")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu não tenho aqui muito a dizer. Também tem a ver com esta relação plurianual deste contrato e tem a ver com a atividade que decorre nas nossas piscinas municipais e de equipas que vêm alimentar as nossas equipas para prestarmos este serviço. Portanto, é tudo o que tenho a dizer. Sobre algum esclarecimento adicional, pois estarei disponível. Muito obrigado.

Peço desculpa, Senhor Presidente. Pronto... é os 24 meses. Não é o contrato, é o valor é pelos 24 meses, muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (30':09")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguma inscrição? Chega, inscreve-se? PS? O Unir? PSD? Flor Agostinho, por favor.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (30':30")

«Aqui também tenho que dizer alguma coisa.

Primeiro ponto, referir taxativamente. Somos a favor, vamos votar favoravelmente, que fique assente, a presente contratação face aos seus nobres, importantes objetivos e propósitos. Não temos dúvidas.

Gostava apenas de colocar uma pergunta ao Senhor Presidente. Todos sabemos que o contrato anterior vai terminar no dia 31 do corrente mês. A Câmara vai ter que desenvolver um concurso público internacional, 30 dias é o mínimo para que os concorrentes apresentem propostas. Perdemos 13 dias desde a última sessão até à de hoje. Eu só gostava de saber qual é a reengenharia financeira que o Senhor Presidente vai fazer para poder suportar este contrato, porque penso que as atividades não podem parar entre o dia 31 de outubro e, previsivelmente, o dia 1 de janeiro, que é quando outro concurso será terminado, porque um concurso internacional, na melhor das hipóteses, mês e meio, dois meses é quanto vai demorar. E isto porque se atrasaram 13 dias. Poderíamos já ter lançado este concurso, já podia estar tudo a funcionar, ou pelo menos a decorrer o concurso, e ganhar algum tempo, mas infelizmente, com as atuações da última Assembleia, foi o que aconteceu. Sei que o Senhor Presidente vai ter aqui alguma dificuldade em resolver o problema. Há sempre o ajuste direto, há sempre o convite, mas sempre estará sujeito a ter que ouvir que houve aqui um fracionamento de despesa, o que não é nada correto de registar para a Câmara. Mas vai ter que ser, pois não há outra forma de agora ultimar ou de corrigir este período, este hiato que vai ocorrer entre 31 de outubro e a nova celebração do novo contrato.

Também aqui esperemos que as coisas corram bem e tenhamos a possibilidade de não ter aqui um hiato e uma paralisação das atividades e dos serviços por uma questão burocrática, que é aquilo que o Senhor Presidente diz, e muito bem, a contratação é complicada, as plataformas são difíceis, a burocracia é muita e o governo devia reformar mais isto, reformar, corrigir e não está atento a estas necessidades e a estas urgências que a administração pública e a administração municipal e regional precisam. É importante reformar, nomeadamente estes procedimentos que só atrasam, só complicam. Enfim, esperemos mais uma vez que as coisas corram bem e tenhamos sucesso no final.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (33':17")

«Muito obrigado, Senhor Presidente, faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (33':22")

«Eu, mais uma vez, tenho que dizer ao membro Flor de Agostinho que questionou e deu a resposta, não é? Portanto, não tenho problema nenhum. Portanto, já toda a gente percebeu

como é que podemos ultrapassar a situação. Claro que é previsto nos contratos da administração pública e, portanto, vamos tentar fazer isso.

É importante também referir-lhe o seguinte, e a toda a Assembleia, porque estamos todos incumbidos desta missão, também, de fazer bem e criar procedimentos atempadamente para estes problemas não acontecerem. Esta é uma responsabilidade de nós todos, não é uma responsabilidade propriamente do Senhor Presidente. Neste caso dos plurianuais, passa a ser de nós todos, mas acho que também dos outros, após a aprovação do orçamento, é nossa a responsabilidade.

Agora a questão é esta. É que, muitas das vezes, nós não estamos a conseguir, em tempo que nós pensamos que era tempo de resposta para este tipo de questões, ter todos estes procedimentos prontos com que estamos a ser confrontados. E há uma altura, realmente, no ano em que muitos coincidem e, portanto, também tivemos este problema. Claro que na última Assembleia, se isto tivesse ficado tratado, ficava. Eu, notoriamente, também não assumo aqui culpa nenhuma sobre isso, porque nunca pensei que a Assembleia tivesse demorado tanto tempo, pelos temas que estavam em debate ou pelos pontos que trazíamos aqui, e, depois, perante aquela turbulência toda final, eu não pedi ao Senhor Presidente para votarmos pelo menos este ponto, porque teríamos ganho esse tempo, mas fica agora votado. Vamos tentar resolver da melhor forma para não prejudicar nem a Câmara, nem os serviços que a Câmara presta. E acho que também vamos cumprir com aquilo que é as regras da contratação pública, portanto, não teremos qualquer problema sobre isso. Muito obrigado».

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (35':06")

«Obrigado, Senhor Presidente. Não sei se existe alguma inscrição para intervir? Senhor Presidente, também creio que já disse tudo, correto? Muito bem.

Vamos então colocar à votação o ponto 5 da Ordem do Dia.

Quem vota contra? Quem se abstém?

A proposta de "abertura de procedimento concursal para a prestação de serviços de docência em regime de outsourcing para as piscinas municipais, programa Maiores no Movimento e eventos desportivos" foi **aprovada por unanimidade**.

Ponto 6. "Relatório do Auditor Externo sobre informação económica, financeira e orçamental a 30 de junho 2023 (1.º semestre)".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (35':38")

«Passamos ao ponto 6, "Relatório do auditor externo sobre a informação económica, financeira e orçamental a 30 de junho de 2023. Senhor Presidente, passo-lhe a palavra.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (35':50")

«Obrigado, Senhor Presidente. Eu preferia depois dar algum esclarecimento adicional que não esteja neste relatório, mas como relatório é da incumbência dos auditores, portanto, se eu souber dar essa resposta, darei. Se não, pedirei um esclarecimento adicional. Mas mostra, claramente, os resultados que a Câmara tem tido comparativamente ao último período de análise e, portanto, penso que estamos num caminho que todos se devem honrar.

Mas deixo à consideração de todos, também, uma opinião que possam deixar sobre isto. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (36':21")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir então as inscrições. PS, alguma inscrição? Do Unir, portanto, temos o Pedro Cristo. Do PSD? Flor Agostinho. Do Chega? Prescinde. Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (36':46")

«Senhor Presidente da Mesa, muito boa noite. Membros da Mesa. Executivo, senhor Presidente e restantes membros do Executivo. Caros colegas. As pessoas que estão aqui presentes e pessoas lá em casa que estão a assistir.

Este é relatório, que aqui nos é apresentado, vem, efetivamente, confirmar o que todos nós temos dito, seja nós UPF, seja o Executivo na parte do UPF, seja qualquer outro membro do próprio Executivo.

Aquilo que eu vos queria dizer é que, se calhar, há um quarto de século atrás, quando o PSD, ou perto do quarto século atrás, quando o PSD veio para a Câmara, havia uma expressão que era muito utilizada: "vamos para as obras, o dinheiro aparece". Até já foi dito aqui uma vez numa das sessões. O que quer dizer que, hoje, a realidade mudou. E a realidade mudou porque, hoje, quando temos que avançar para qualquer projeto, o mesmo já tem que ter ali, no orçamento, o valor já devidamente adjudicado. E vou-vos dar só um pequeno exemplo. O nosso Executivo, todo - PS, PSD e Unir Para Fazer - votaram no último dia 4, na sua reunião pública, obras na ordem de mais de 3 milhões de euros. Todos nós na congratulamos por isso. Esse valor, já nós os tínhamos dado, uma boa parte desse valor, já nós tínhamos dado o cabimento aqui nesta Assembleia. Por isso, as coisas mudaram. Por isso, quando nós, hoje, estamos a dizer que as obras vão aparecer, estão a aparecer, tem que ser feitas, se calhar, com outra metodologia que não acontecia antigamente.

Eu não era para falar sobre isto, mas se o professor Agostinho, meu digníssimo professor, não tivesse tido uma intervenção, nós, esta a sessão, se calhar, iria terminar para aí com 15 minutos. E foi ele que abriu esta questão. Ou seja, se nos tivesse sido colocado à consideração continuarmos a sessão na outra vez, independentemente de estarmos todos cansados, irritados, se calhar tínhamos terminado toda esta sessão e tínhamos ultrapassado as questões 13 minutos e essas situações. Mas cá estamos todos e penso que, em princípio, e eu sou um bocadinho radical, mas penso que em determinadas alturas tento de ser o mais tolerante possível, penso que todos nós temos que fazer uma autoanálise para convivermos melhor e penso que vamos fazer isso melhor durante as próximas sessões.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (39':07")

«A mim, apetecia-me prescindir, mas o Pedro Cristo provocou-me. O Pedro, conhece-me. Assim como tu, o Senhor Presidente conhece-me há muitos anos. Eu conheço o Pedro. Confiança total no Pedro. Pelo Pedro, tínhamos cá ficado, mas o Pedro sabe o que aconteceu tão bem como eu, não sabe? Nós somos homens, somos crescidos. Só se ofende quem sente, tem quem se ofender, não é? O problema, penso que está resolvido, está resolvido. Vamos, agora vamos ver o que é que são as consequências. Isto é política. Já nos disseram que é política. Não sou político, sou autarca. Eu estou aqui como autarca, eu nunca exerci nenhum cargo político. Nunca fui Presidente da Comissão política, nunca fui candidato a político, comissões políticas, nunca andei a fazer campanhas no partido. Nunca fui político, eu sou autarca. Estou aqui para defender os interesses da população, dos municípios, os meus familiares também, porque vivem aqui, gostam de Ílhavo, querem um Ílhavo crescido, dos meus amigos de Ílhavo, que são muitos, do PS, do PSD, até do Movimento, é desses que eu defendo. Mas quando a gente é atacada tem que reagir, Pedro, desculpa lá. Fomos muitos anos, e sabe perfeitamente como é que decorreram as aulas, já foi há muitos anos, iniciámos a escola secundária, com muito gosto, estive no diretivo, era rigoroso às vezes, às vezes era chato, mas também vos compreendia porque dava-vos 4 ou 5 disciplinas...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (40':33")

«Flor Agostinho centre-se no ponto. Está bem? Por favor.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (40':35")

«(...) certo. É o sentimento, porque o Pedro mexe comigo. O Pedro sabe que mexe comigo. Relativamente àquilo que nos é apresentado, o Senhor Presidente, e muito bem, fez o favor de nos apresentar também na sua exposição uma análise financeira. E essa análise financeira, apresentada pela Câmara, sobrepõe-se a esta outra análise financeira, porque a análise financeira do Senhor Presidente é posterior a esta que é obrigatória e que é semestral. Portanto, o que eu vinha dizer aqui é que a realidade é mesmo esta. A situação da Câmara é boa, é favorável e estamos a reduzir a dívida. Os empréstimos estão a acabar, temos só apenas um empréstimo para terminar. Todos temos conhecimento disto e certamente que a próxima análise que vai ser feita vai ser muito melhor do que esta e certamente as expectativas serão boas.

E dizer-vos, também, que, enfim, que esperamos que seja esta a continuidade. Não gostei da afirmação "vamos para as obras, o dinheiro aparece". O Pedro, isto foi dito há cerca de 25 anos ou mais, porque o concelho tinha estagnado durante 4 anos. Eu não trabalhava cá, já,

na altura, e quando chegava a Ílhavo ficava extremamente aborrecido porque Ílhavo era paralisado totalmente. E se uma coisa me levou a voltar à política, nessa altura, foi a necessidade do investimento forte que havia de haver no saneamento, que a Câmara agora está a tentar concluir, como sabem. Ainda agora, recentemente aprovaram mais uma fase, Gafanha da Encarnação e Carmo, penso eu. Não é, Senhor Presidente?

Portanto, na altura, não tínhamos nada e eu sempre disse uma coisa ao Ribau: eu vou para a política porque acho que mereço ter saneamento na minha rua e nas ruas de Ílhavo. Isto tem que existir. E, na altura, falavam-me em 5 milhões de contos. Era na altura uma coisa exorbitante, mas tinha que ser feito. Nada estava feito.

Alguém, aqui, nesta Assembleia, defendia as fossas sépticas. Uma coisa horrível. Defendiam, aqui, as fossas sépticas para que não houvesse saneamento no conselho. E isso é que é o desenvolvimento que é preciso e lutar para ele. Ainda ontem, ainda na sexta-feira fui a Águeda, fui ver um espetáculo a Águeda e fiquei estupefato como é que o Centro Cultural de Águeda estava cheio, cheio, cheio, cheio. Com alguns ilhavenses lá, a assistir ao espetáculo, coisa que já não se vai vendo no Centro Cultural de Ílhavo. Isto é que mexe comigo, é ver os ilhavenses, ver o desenvolvimento, enfim. É por isso, Pedro, foi por isso que eu dei algumas aulas e tentei ensinar alguma. Se alguma coisa ficou...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (43':30")

«Muito obrigado, Flor Agostinho, Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (43':35")

«Bem... eu agora acho que o Professor Flor Agostinho esteve muito mal. Peço-lhe desculpa. Não foi um momento feliz, porque se calhar o senhor só escolhe alguns espetáculos. Se escolhesse os espetáculos certos também tinha o Centro Cultural cheio e tinha os outros. Não, fica-lhe bem, mas tenho que lhe corrigir isso também. Acho que aceita, também, de uma pessoa bem mais nova que o senhor essa correção. E é bom que também sinta que nós sentimos perfeitamente que o nosso projeto da cultura é procurado pelas pessoas também de Águeda e de outros destinos que vêm cá. E, portanto, ainda bem que o senhor vai aos outros destinos, porque num território com onze municípios e pouco mais de 387.000 pessoas, com tantas casas abertas da cultura, ou tipo o nosso Centro Cultural, não há assim tanta gente para encher três salas como nós temos, ou 4 salas, ou 10 palcos como Ílhavo tem, e que precisava, realmente, de ir ver todos cheios. Mas olhe, posso-lhe dizer que, por exemplo, uma das associações de teatro, o Ribalta, tem as edições todas cheias e está numa sala que também é nossa, partilhada, e, portanto, fazemos parte, apoiamos-los desde o início, como todos os outros apoiaram até aqui

Mas dar também os parabéns pela intervenção do Unir Para Fazer e dizer-vos que, realmente, na última sessão, fiquei um bocado baralhado se teríamos razão ou não teríamos razão sobre a questão que estava aqui. Ainda bem que tudo se sanou aqui. Portanto, ficou aqui. O Pedro Cristo também afirmou isso, e bem.

Dizer só o Pedro Cristo uma questão. Eu acho que o mais importante desta análise é aquilo que nós temos vindo a fazer relativamente ao imobilizado da Câmara e que já o referimos aqui por várias vezes, e ainda o pendurão que temos de alguns valores que nunca sabemos se amanhã não temos aqui uma perca ou não perdemos um processo em tribunal que nos hipoteque completamente o nosso futuro. E, aí, tivermos que ter, que recorrer a um financiamento.

Portanto, o Pedro diz, fizemos, vamos fazendo a nossa Casa, vamos organizando as coisas de modo a estarmos disponíveis para as candidaturas comunitárias que aí vem. É claro que a realidade, e espero que o PSD também tenha esta consciência, porque vejo sempre o senhor Flor Agostinho muito entusiasmado com estas situações, que saibam, mais uma vez, que estamos a fechar um quadro comunitário, ainda não abrimos avisos nenhuns para o próximo quadro comunitário, o PRR ainda está em aprovação os projetos. Não depende, em nada, da Câmara e já estamos a avançar com obras na ordem dos 3,05 milhões de euros, entre outras que temos feito investimentos constantes naquilo que é a melhoria do nosso imobilizado, das condições informáticas da Câmara, do parque informático, diria eu, as nossas bibliotecas, os arranjos das coberturas exteriores. Como o senhor Vereador tem referido em toda a atividade que chegou até vocês e que tem chegado até vocês noutra momento.

Mas fica esta nota do auditor. Acho que temos que estar todos muito contentes. Nós vamos continuar a fazer este trajeto de subida. Também esperamos que nos municípios que são referenciados como os 100 municípios de média dimensão, continuamos a subir no ranking.

Eu tenho esse desafio também com o senhor vereador Paulo Nunes que me disse, numa reunião de Câmara, que teria aqui um desafio, se iríamos continuar na mesma posição ou não. Portanto, ainda não conheço o relatório recente sobre essa matéria, mas vou esperar para ver também se o município subiu ou desceu, e se está mais qualificado ou menos qualificado, porque esses indicadores também são indicadores importantes para se nós tivermos que recorrer, de alguma forma, a financiamentos ou outras situações quaisquer de endividamento, ou mesmo relativamente à banca sobre aquilo que é o nosso relacionamento da banca. Acho que o posicionamento do nosso município pode ser mais superior que aquilo que se tem visto até agora, porque tem condições para isso. Mesmo com a promessa que o Unir Para Fazer se apresentou e, nomeadamente, o Executivo Municipal também tem partilhado com os votos a favor do Unir Para Fazer, relativamente àquilo que é a redução do IMI, aquilo que é a manutenção de um valor de IRS com a redução de 5 para 4%, e aquilo que vamos apresentar na próxima reunião.

Portanto, vamos esperar que o nosso auditor continue a dar-nos estas boas notícias, independentemente de todos saberem uma coisa. Isto é tirado num dia e no dia a seguir podemos ter outra informação financeira completamente diferente. Portanto, se calhar, temos aqui algumas dívidas a fornecedores que foram pagas no dia 7 e o resultado podia ser completamente diferente. Portanto, quem está habituado a ver estes documentos, portanto, tem que ter essa noção que nós, muitas das vezes numa questão de pagamento ou de recebimento dá logo uma volta completamente aqui aos resultados. Mas foram isto que eles levantaram ao mês 6, no dia 30, e, portanto, são estes resultados que nós temos que ter conhecimento e, portanto, trazemos ao vosso conhecimento. Obrigado a todos. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (48':23'')

«Obrigado, Senhor Presidente. Alguma inscrição? Pedro Martins. Há mais alguma inscrição? Pedro Martins, por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (48':36'')

«Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Estava ali tão descansadinho, estava ali tão tranquilamente, tão sossegado, ali, naquele meu lugar e o Flor Agostinho... há pouco foi o Pedro Cristo que espevitou o Flor Agostinho, e agora foi o Flor Agostinho que me espevitou a mim. Baralhou-me.

Ora bem, eu só venho aqui porque o Flor Agostinho referiu que há 25 anos ou mais, talvez, sentiu um marasmo tal, uma estagnação tal no município - não vamos agora debater isso - mas, enfim, sentiu esse marasmo, sentiu essa estagnação que resolveu regressar à política, ou à autarquia, digamos assim, já que não quer ser intitulado político. Enfim, não sei o que é que tem contra os políticos. Já parece os independentes. Os independentes e que têm uma, assustam-se com os políticos. Mas eu compreendi, eu compreendi. E, portanto, referiu esse marasmo.

Bom, quer dizer, então e o que é que estamos a assistir neste nestes dois anos de mandato? Um marasmo total, porque a receita tem vindo a subir, eu não vou dizer exponencialmente, mas a receita tem subido, mormente no que diz respeito aos impostos, o IMI, o IMT, etc. E há de continuar a subir, como repetidamente temo-lo dito aqui na Assembleia Municipal. E a despesa estagnou de há dois anos a esta parte, ou mais até, eventualmente, até para sermos corretos, talvez até antes deste mandato que está a correr. Mas enfim, nos últimos dois anos estagnou completamente. Portanto, isto faz-me levar, talvez, não sei, a esse tempo de há mais de 25 anos. É isso que estamos a assistir. Bem sei que há fundos comunitários que talvez nos próximos dois anos, digamos, que esses números sejam alterados, haja mais investimento, etc. Eu compreendo tudo isso.

Eu refiro-me é àquilo que temos agora. Portanto, eu posso concordar que as contas estão corretas no sentido em que há um certo alívio, digamos, financeiro do município de Ílhavo, é um facto. Menos dívida, muito bem. Aliás, no tempo do Presidente no anterior mandato, eu criticava o próprio presidente Caçoilo por essa vontade, por essa intenção tal, por esse receio, por essa preocupação em reduzir a dívida quando tínhamos taxas baixas, enfim, quando não havia, digamos que, motivo nenhum para, digamos, investir tanto, digamos assim, ter essa preocupação tão grande com a redução da dívida.

Bem, hoje o caso mudará de figura. Temos taxas de juro mais altas, ainda que isso possa não se repercutir atualmente nas contas do município, mas enfim.

Agora, tudo bem. Contas, digamos, equilibradas no município, não é isso que está em causa. Agora, vamos lá ver... despesa zero, a despesa estagnou, investimento estagnou, até agora. E a receita a subir. É isso que estamos a assistir e o dinheiro a acumular-se nos cofres da autarquia. Isto poderá mudar, poderá mudar, e vamos esperar que mude, sinceramente, na segunda metade do mandato. Mas até agora a realidade é esta e foram, efetivamente, essas palavras que me fizeram, do Flor Agostinho, que me fizeram vir aqui sublinhar este especto. Muito obrigado.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (52':08")

«Muito Obrigado, Pedro Martins. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (52':13")

«Eu, às vezes, até penso que os documentos que estamos a analisar são de há dois anos ou três anos atrás. Não sei se o senhor tem a realidade, se alguém lhe manda mensagens que não são as corretas ou se você viu uma mensagem do passado, não faço a mínima ideia.

Olhe, só em aquisição de bens de capital e investimento, desde 2018. Temos investimentos em 2018, 2.000.292. Em 19, 2.000.958, isto despesa paga, correto? 7 milhões, em 2058 (?), sabemos porquê, em 20. Em 21, 6 milhões ponto 69, sabemos porquê. Em 22, 4.0 milhões e este ano já vamos com 2.000.498. Não percebo o que é que o senhor está a dizer? Acho que o senhor desconhece completamente as contas da Câmara. Permita-me dizer-lhe isso. E não lhe vou dizer mais. O senhor tem que ter a consciência... olhe, em despesas de recursos humanos, tirássemos hoje, aqui, o pessoal não docente, iríamos ver o que é que esta despesa aumentou e o que é que foram as receitas que o Governo transmitiu para as autarquias locais, para elas se socorrerem para pagar os seus valores que têm mensais. Portanto, há qualquer coisa que temos que ter aqui, bom senso.

Aquilo que nós temos vindo a falar, e que estivemos hoje aqui a falar, são investimentos de capital, senhor Pedro Martins. Nomeadamente nos últimos 20 anos, os investimentos de capital, da maior parte das câmaras deste país, foram feitos com recursos a fundos comunitários - sabe disso - ou então em programas de governo, uma coisa ou outra. E, portanto, vamos esperar a seu tempo a que isso aconteça. E, muitas das vezes, o que é que as câmaras tiveram? Que recorrer ao endividamento, porque o investimento que era feito tinham financiamento muitas das vezes até 75% ou até 85%, variaria. Nunca andou muito abaixo dos 50%, mas eram estes os limites. Hoje, o desafio que nós temos é aquilo que o senhor conhece da inflação e das taxas de juro. Se nós pudermos, eu já sei que vou ter uma vantagem, em 2025, para o ano, se cá chegarmos todos, o senhor já não fala mais no IMI porque ele já vai estar em 0,3. Já não tem hipótese de falar mais nesse imposto, está a ver? Depois agarra-se aos outros, mas eu já sei, isso é uma técnica porreira, está a ver? Mas eu fico contente se o senhor pensar assim, porque já anda a pensar assim há muitos anos e vai continuar.

Portanto, o que eu lhe dou é a oportunidade, quando o senhor assim desejar, de conhecer as contas da Câmara à data de hoje, ou de amanhã, ou de além. Eu digo-lhe o que é que estamos a investir, o que é que estamos a fazer. Apesar do senhor ter sempre a hipótese nas reuniões de Câmara vai sempre lá um documento que lhe transmite essa informação.

E senhor até tem um representante nas reuniões de Câmara, portanto, tem um vereador, o senhor Sérgio Lopes, portanto, pede-lhe a informação e está a par disso tudo. E escusa de fazer, olhe, estas afirmações. Que lhe ficam bem, sempre... ficam-lhe sempre bem, por amor de Deus. Cada qual com as suas respostas e com as suas afirmações. Mas gostava que o senhor fosse, como é que eu hei de dizer, como autarca que já foi, até com responsabilidades em executivos municipais, o senhor deveria ter, não diria mais cautela, Pedro, mas deveria pelo menos pensar bem.

Eu não passei por isto, passei por situações diferentes. A realidade é esta, portanto, vamos ver, vamos esperar para que isto se prove, que negociação é que sai no contexto da Comunidade Intermunicipal. Já conhecemos duas negociações que correram bem. Conhecemos negociações, o ano passado, às Acessibilidades 360 que correram muito bem. Corremos atrás de tudo aquilo que está aberto, neste momento até a projetos internacionais. Outros projetos que estamos a tentar arranjar consórcios para ver se conseguimos financiamentos para a nossa Câmara, que muitas das vezes não são a 100% e nós temos que ter capital para investir.

Eu espero não ter que me endividar para essas questões, mas até lá espero não ter que morder a língua porque me podem acontecer outras situações. Ainda no último dia me

referiram, aqui, que cinco processos já são novos, cinco processos jurídicos são antigos. Veja o peso dos cinco antigos e dos cinco novos e depois diga-me assim "carambas, realmente pode acontecer aqui qualquer coisa menos boa", mas vamos continuar a defender-nos. O nosso papel é defender o trabalho de todos os autarcas que estiveram aqui. Portanto, continuarei como vocês também. Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (56':36")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, o ponto 6 da Ordem do Dia, portanto, considero o documento apreciado.»

Conclusão

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (57':02")

«Muito bem, antes de encerrarmos a sessão, peço ao nosso Primeiro Secretário, que leia a Ata em Minuta para que sirva de suporte legal e prova factual para a elaboração do edital com as deliberações.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (57':16")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (58':24")

«Coloco à votação a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.»

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (58':34")

«Muito bem, senhor Primeiro Secretário. Muito obrigado. E com isto dou por encerrada a sessão. Desejo uma boa noite a todos. Ao Público. Também ao Executivo. A quem nos acompanha em casa. Até à próxima sessão, que será a sessão ordinária de novembro. Boa noite a todos.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 21:59 do dia 10 de outubro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO (reunião de 10 de outubro de 2023)

Aos dez dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a segunda reunião da Sessão Ordinária de setembro, para apreciação e votação dos seguintes pontos restantes da respetiva Ordem do Dia:

Ponto 4. "Proposta de abertura de procedimento concursal para **Locação de 2 viaturas elétricas ligeiro de passageiros e 1 viatura elétrica ligeiro de mercadorias, em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV) e respetivos serviços associados**". Aprovado por Unanimidade, com 23 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra.

Ponto 5. "Proposta de abertura de procedimento concursal para **Prestação de serviços de docência, em regime de outsourcing, para as Piscinas Municipais: programa Maiores no Movimento e eventos desportivos**". Aprovado por Unanimidade, com 23 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra.

Ponto 6. "Relatório do Auditor Externo sobre **informação económica, financeira e orçamental a 30 de junho 2023 (1.º semestre)**". A Informação foi apreciada.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 10 de outubro de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Setembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Setembro, realizada a 28 de setembro de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Setembro Segunda Reunião de 10OUT2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves		X	
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (365 dias)		
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
Pedro Labrincha da Rosa Novo	PERDA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo		X	
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
Sara Daniela Silva Pinho	RENÚNCIA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
María de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso substitui André Filipe Casqueira Guimarães			X
Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sara Marina Tomé Fernandes			X
O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação é substituído pelo Secretário do Executivo José Augusto Carapelho			X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
O Presidente da Junta de Freguesia de São salvador substituído pela Vogal do Executivo da Junta, Ana Margarida São Marcos			X
Elvira Maria Fernandes Correia substitui Modesto Manuel dos Santos			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2022): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 10 de outubro de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo

